

Governo contra a moratória

por Cleide Castro
de Brasília

O secretário para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, ministro Sérgio Amaral, e o ministro das Relações Exteriores, Roberto Abreu Sodré, são contrários à aprovação, pelo Congresso Nacional, de uma proposta de moratória da dívida externa. O consenso foi externado, ontem, durante reunião da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

Os ministros compareceram à reunião para discutir o projeto que está em tramitação na casa, propondo a suspensão temporária de todos os pagamentos aos credores externos. Conforme argumentou o ministro Sérgio Amaral, que é o negociador da dívida brasileira, a moratória poderia atrapalhar as negociações que estão em curso, além de comprometer a atuação do próximo governo junto aos credores internacionais, mas o maior problema que poderia decorrer de uma atitude destas, segundo Ama-

ral, seria um retrocesso no programa de redução da dívida, já que, hoje, "o Brasil tem condição de avançar", em relação a este ponto, afirmou o ministro.

Para Abreu Sodré, "a moratória pode servir como arma, mas não como objetivo final". No seu ponto de vista, o atual governo deve esgotar todas as possibilidades de negociação com os credores, antes de optar por uma decisão unilateral, como é a moratória. Ele reconhece, no entanto, que "a dívida, como está sendo tratada, é impossível de ser paga". E são as regras ditadas pelos próprios credores que, conforme o ministro, "estão tornando a dívida impagável". Sodré ainda argumentou que, a favor da negociação, também pesa o empenho do presidente José Sarney, no sentido de transferir para o próximo governo não um impasse, mas "um problema que está sendo equacionado".

Ambos os ministros também concordam com a posição de que a dívida ex-

terna deve ser paga sem comprometer as reservas internas, como prevê o projeto dos deputados Irajá Rodrigues, Bocayuva Cunha e Sérgio Spada, que está em discussão na Comissão de Relações Exteriores. Ontem, os participantes da comissão não puderam esgotar o assunto com os ministros Sérgio Amaral, que estava representando o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e Abreu Sodré, por causa da convocação dos deputados, para votar a nova lei eleitoral do País.

O assunto será retomado numa nova reunião, prevista para hoje, às 14h30. Em seguida, o projeto deverá ser encaminhado à Comissão de Economia, posteriormente, ao plenário da Câmara e, por último, ao Senado. Somente depois de fazer este trâmite o projeto chega ao Palácio do Planalto, para a sanção ou veto do presidente da República. Em caso de veto, o Congresso ainda teria a chance de reverter o fato com uma aprovação por maioria absoluta.